

PROFESSORES, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS CONTRA O SUCATEAMENTO DA PUC-SP

As recentes medidas determinadas pela Reitoria e Fundação São Paulo revoltaram a comunidade puquiense que vive, dia a dia, a destruição daquela universidade que foi construída com muita dedicação, durante décadas, por professores, funcionários e estudantes.

As demissões de final de ano (e que para os funcionários se estendem indefinidamente), as portarias que impediam que professores da casa assumissem as aulas dos demitidos, os diversos atos administrativos contra a liberdade no campus, que afetaram fundamentalmente os estudantes,

fizeram com que os três segmentos se mobilizassem para protestar contra uma situação de desrespeito às conquistas democráticas dos trabalhadores e estudantes da PUC-SP.

Os estudantes, no dia 26/2, fizeram o seu primeiro grande ato, contra a precarização da universidade, exigindo uma audiência pública com a professora Anna Maria Marques Cintra e a Fundasp para debater a atual situação da universidade. No dia 5/3 novo ato deu prosseguimento à luta dos estudantes (veja matéria página 4).

Já os professores reuniram-se através da diretoria da APROPUC com o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, para discutir a situação caótica que marcou mais um início de semestre (veja relato na página 2). Os professores deverão se reunir em assembleia nesta segunda-feira, 9/3, para debater a questão e propor formas de encaminhamento. Também nesta semana os docentes deverão ter conhecimento da proposta final que está sendo acordada entre a Fundação São Paulo, a APROPUC e o Sin-

dicato dos Professores do Estado de São Paulo para o pagamento da dívida referente aos 7,66% pendentes desde o dissídio de 2005. (veja matéria na página 3).

Os funcionários também conversaram na semana retrasada com o secretário-executivo debatendo as recentes demissões administrativas e devem marcar uma assembleia nos próximos dias.

Todos esses fatos demonstram que, mais do que nunca, a PUC-SP permanece viva e responderá de maneira clara a mais estes ataques que ameaçam seu cotidiano.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

A diretoria da Apropuc convoca assembleia geral da categoria a ser realizada no próximo dia 09 de março de 2015 (segunda-feira), às 18 horas, no Auditório 333, no 3º andar do Prédio Novo, para tratar da seguinte ordem do dia:

- ✓ Proposta de acordo para pagamento do reajuste de 2005 (7,66%): APROPUC, FUNDASP, SINPRO - Informes e Encaminhamentos.
- ✓ Demissões: Informes (Reunião com FUNDASP) e Encaminhamentos.
- ✓ Proibição de Atribuição de Aulas: Informes e Encaminhamentos.
- ✓ Acordo Interno de 2015-2016 - Informes e Encaminhamentos.

COMPAREÇA! PARTICIPE!
PRECISAMOS DEFENDER NOSSOS DIREITOS.
POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Demissões e atos dos gestores levam APROPUC a reunir-se com a Fundasp

Desde o início do processo de demissões, ao final de 2014, a APROPUC tem procurado a Fundasp para discutir os rumos que a universidade vem tomando, demitindo quadros que tanto colaboraram para o engrandecimento da PUC-SP, bem como impedindo que docentes da casa assumam a vaga daqueles que estão sendo dispensados.

A Fundação São Paulo esteve presente através do padre Rodolpho Perazzolo, a gerente da DRH, Angela Renna e representantes de seu corpo jurídico. Já a APROPUC foi representada por seu presidente João Batista Teixeira e pelos diretores Bia Abramides, Leonardo Massud, Regina Gadelha e Carla Tieppo.

O professor João Batista iniciou a reunião informando que a APROPUC estava ali para ouvir o que a Fundasp teria a dizer sobre as demissões que tumultuaram o início do semestre e também sobre os atos que impediram que docentes da casa assumissem as aulas vacantes.

O secretário-executivo informou que as demissões tiveram sempre como horizonte a sustentabilidade da PUC-SP. Segundo ele a folha de pagamento, pelas determinações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), deveria comprometer somente 69% da renda bruta, porém, ela ainda estava em patamares próximos a 72%. Padre Rodolpho historicou as demissões, dizendo que 27 delas procederam de indicações de chefias acadêmicas, das demais 23, quatro afetaram professores que tinham processos administrativos, 12 eram aposenta-

dos, alguns deles apresentavam problemas de avaliação, dois foram acordos bilaterais e cinco das demissões levaram exclusivamente em consideração o seu custo operacional. Mesmo entendendo que o processo de avaliação institucional ainda precisa melhorar muito padre Rodolpho insistiu que a diretoria da universidade tem recebido um grande número de queixas contra vários docentes, o que justificaria algumas demissões.

CONTRATAÇÃO EXTERNA

Outro problema levado pela diretoria da APROPUC referiu-se aos atos que impediam que professores da casa assumissem as aulas dos demitidos. Novamente padre Rodolpho invocou a sustentabilidade alegando que de nada adiantava demitir um titular por medida de economia, para que outro assumisse a sua vaga. Mesmo assim as aulas remanescentes foram distribuídas para 62 docentes da PUC-SP enquanto que foram feitas nove contratações. Os problemas de pagamento oriundos dessas mudanças deverão ser sanados através de uma folha complementar.

A diretoria da APROPUC também lembrou que as demissões no pós causaram um grave problema uma vez que um número elevado de alunos ficou sem orientador e quando se procura chamar um professor menos qualificado para orientar pós-graduandos todo o programa sofre. O processo de reconhecimento e avaliação no pós graduação também sofreu duras críticas da entidade, uma vez que

são privilegiados critérios exclusivamente produtivistas em detrimento da qualidade acadêmica. O repasse também foi lembrado como um dos principais entraves para que o professor tenha ânimo para progredir na carreira.

O secretário-executivo informou que o plano para aposentadoria compulsória aos 75 anos já está praticamente pronto e deverá ser anunciado proximamente para a discussão.

A professora Bia Abramides lembrou a importância do encontro com a Fundação e também enfatizou que a entidade sempre se colocou contra a via das demissões para sanar problemas da instituição, preferindo o canal do entendimento.

A professora lembrou que várias demissões e reduções de contrato poderiam ser evitadas se a Fundasp consultasse a comunidade da mesma forma a dependência exclusiva do pagamento dos alunos compromete a sustentabilidade da instituição. Por outro lado o fechamento prematuro de turmas sem que se espere a matrícula dos prounistas, dos portadores de diploma, das transferências e reopções inviabiliza cursos que poderiam ter mantido as suas turmas.

Essas medidas geram um clima de intranquilidade e insegurança na comunidade que fica sem saber o que acontecerá no próximo semestre. Por outro lado foram citadas pela diretoria algumas medidas como aperfeiçoamento do processo vestibular com a implantação de publicidade dirigida a canais alternativos de comunicação para viabilizar uma melhor procura da universidade.

EXCEPCIONALIDADE

Respondendo às inquietações levantadas pela entidade padre Rodolpho afirmou que as atitudes dos gestores neste início de ano foram absolutamente em caráter de excepcionalidade e chegou até a propor um pacto com a APROPUC e toda a comunidade para evitar situações como a que vivemos. A APROPUC colocou que é necessário que a Fundasp ouça a comunidade e encontre maneiras diferentes para sanar os problemas. A entidade sempre se colocou contra a via das demissões para a resolução de crises financeiras.

A discussão foi finalizada com as possibilidades de pagamento da dívida da PUC-SP com os professores (veja matéria na página ao lado).

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

APROPUC, Sinpro e Fundasp finalizam a proposta para pagamento da dívida de 2005

A discussão sobre a forma de quitação da dívida oriunda do não pagamento do reajuste salarial de 2005 aos docentes, entrou em sua reta final. Nesta segunda-feira, 9/3, a Fundação deverá apresentar a versão final de um acordo que vem sendo debatido nas últimas semanas pelos representantes da APROPUC, através de seus diretores João Batista Teixeira e Bia Abramides, padre João Julio Farias pela Fundasp e Luiz Antonio Barbagli pelo Sinpro-SP.

Essa proposta deverá ser levada para os docentes na assembleia da APROPUC de segunda-feira, 9/3, às 18h, no auditório 333, e passar por um processo de votação na assembleia do Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP na terça-feira, 10 de março de 2015, na Rua Borges Lagoa, 170, às 13 horas.

Em 2005 a PUC-SP deixou de incorporar ao salário dos docentes 7,66% referentes ao dissídio daquele ano. Foram realizadas algumas rodadas de negociação, mas não se chegou a um denominador comum. Assim, a APROPUC, a partir da deliberação de sua assembleia, decidiu entrar na Justiça, por intermédio do Sinpro-SP, contra a Fundação São Paulo para que fosse cumprido o pagamento.

Nas duas primeiras instâncias o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de

causa aos professores e novamente tentou-se um acordo entre as partes. Mais uma vez a tentativa falhou, porque os gestores da universidade não queriam a incorporação total dos 7,66%. A Fundasp então propôs, de maneira unilateral, um acordo individual com os docentes no qual a universidade pagaria aos professores que desistissem da ação, 60% do valor acumulado ao longo dos cinco anos anteriores e incorporaria aos salários desses docentes 1% a título de vantagem pessoal. A APROPUC na ocasião reafirmou a importância do processo coletivo e que se aguardasse a decisão da Justiça, posto que não se tratava de vantagem pessoal mas de incorporação do índice trabalhista aprovado.

Uma parte significativa dos docentes aceitou a proposta de acordo individual, porém aproximadamente 190 professores persistiram na ação judicial contra a mantenedora. Devido o processo ter sido ganho em todas as instâncias pelos professores, a Fundasp, desde janeiro de 2015, reabriu a negociação.

VITÓRIA DOS DOCENTES

Para a APROPUC o fundamental do pagamento da dívida está na incorporação dos 7,66% aos salários docentes. A já corroída base salarial dos docentes da universidade não pode ficar ainda mais de-

fasada. A negociação em curso de um acordo com a Fundasp envolve o pagamento total da dívida para aqueles docentes que não abdicaram do processo. Porém a APROPUC entende que a incorporação dos 7,66% deve se estender a todos os trabalhadores da PUC-SP, garantindo a isonomia salarial.

De outro lado a APROPUC e o Sinpro-SP, ainda em negociação com

a Fundasp, reivindicaram o pagamento de uma complementação da dívida para os professores que fizeram acordo em 2010.

A viabilização deste acordo representa uma vitória da categoria, principalmente daqueles que, junto com a APROPUC, levaram adiante o processo reconhecido pela Justiça e que hoje possibilita a negociação da APROPUC, Sinpro-SP e Fundasp.

Edital de convocação de Assembleia Geral

O Sindicato dos Professores de São Paulo, nos termos estatutários, convoca todos os professores da Fundação São Paulo - PUC, do município de São Paulo, para reunirem-se em assembleia geral no dia 10 de março de 2015, na Rua Borges Lagoa, 170, São Paulo, às 13 (treze) horas, em primeira convocação, havendo quorum, ou às 14 (quatorze) horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, com a seguinte ordem do dia:

✓ ANÁLISE E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE DISSÍDIO COLETIVO DE 2005.

São Paulo, 04 de março de 2015.



MARCELA REIS

Ao lado estudante de Direito fala durante a concentração em frente à Reitoria; acima o cortejo dos estudantes pelos corredores do Prédio Velho

Estudantes exigem audiência pública com Reitoria e Fundasp

Na noite de quinta-feira, 5/3, o movimento estudantil da PUC realizou um ato contra deliberações da reitoria nomeada e da Fundação São Paulo (Fundasp), como o corte do desconto no bandeirão, as demissões de professores e funcionários e a imposição de uma universidade cada vez mais elitizada e regrada.

Além de denunciar, o ato teve como objetivo pressionar todas as instâncias administrativas da universidade para que prestem esclarecimentos do projeto de universidade que estão construindo por cima da história de luta da PUC. Os estudantes pedem por uma audiência pública para o diálogo, a fim de reivindicar suas bandeiras. Segundo eles a PUC-SP tem se tornado é uma universidade sem lugar para estudantes, professores e funcionários, apenas para o lucro.

A mobilização começou

na Prainha, com intervenções de estudantes, coletivos e frentes de atuação. O Coletivo de Negras e Negros da PUC-SP, representado por Simone Nascimento, tocou em importantes pautas: a pequena parcela de negros e negras nas universidades (principalmente as particulares), sobre a permanência destes na universidade e sobre os grandes índices de genocídio da juventude negra no país.

Quando a Prainha encheu o ato saiu em marcha pelos corredores da PUC denunciando a reitoria e a Fundasp por suas atitudes, reivindicando uma estrutura digna aos alunos e reforçando: "Vem pra luta, a PUC é nossa!". A direção da universidade não permitiu que cartazes fossem colados antes e durante o ato, restringindo mais uma forma de contestação e luta.

A porta da reitoria foi o

ponto final do ato, os estudantes estenderam suas faixas e cartazes por ali e realizaram uma plenária para decidir os próximos passos da resistência. Ficou decidido que na terça-feira, 10/3, às 18h, acontecerá a próxima assembleia geral do movimento, na prainha. Além disso, uma aula pública sobre a história da PUC-SP está sendo organizada e ocorrerá na segunda-feira, 9/3, na Prainha.

O horário ainda será definido.

O movimento estudantil se dividiu em comissões - comunicação, artes, organização da aula pública e da assembleia -, a fim de organizar melhor os próximos passos da mobilização. Ademais, os estudantes se dividirão para passar nas salas e instâncias da universidade para mobilizar o maior número de alunos possível.

**ASSEMBLEIA
DOS ESTUDANTES**

10/3

Terça-feira - 18 h.

Prainha campus Monte Alegre

GAUCHE NA VIDA

Manifesto sobre o Dia Internacional da Mulher

Erson Martins de Oliveira

Entra dia e sai dia sem que as mulheres vejam um sinal de que a burguesia tenha dado um passo para eliminar a opressão. Ao contrário, não faltam iniciativas para obscurecer as raízes da subordinação, da discriminação e da violência na família que as atingem. Vários são os organismos estatais (parlamentares e executivos) e organizações que agem para desviar a atenção das mulheres sobre as causas de sua tragédia. Estruturou-se um movimento feminista de classe média com o objetivo de obter leis, algumas reformas sociais e dotar o aparato do Estado de instituições que respondam especificamente aos horrores vividos pelas mulheres, fundamentalmente em suas relações familiares.

O pressuposto do feminismo burguês é de que a opressão sobre a mulher não tem nada a ver com a divisão de classe do capitalismo e que se manifesta em razão da supremacia do homem. O "machismo" foi adotado como conceito de uma particular relação entre o homem e a mulher à margem das relações capitalistas de opressão social e da luta de classes. A noção de "sociedade machista", manejada para generalizar a suposta opressão do homem em geral à mulher em geral, oculta a sociedade de classes, fonte de toda forma de opressão. Não por acaso, o movimento feminista pequeno-burguês se

limita ao objetivo de melhorar as condições de existência e de participação democrática das mulheres no capitalismo. Se fosse possível, sem dúvida, seria progressivo.

A redução da opressão sobre a mulher ao "machismo" leva o feminismo a procurar a solução na intervenção do Estado burguês. Duas medidas se combinariam: a criminalização e a educação. Supõe-se que a tipificação da violência contra a mulher como uma ação "machista", a adoção de uma severa penalidade e um empenho institucional para mudar a mentalidade machista dos homens abririam caminho para a igualdade e o fim da discriminação. De maneira que o Estado se encarregaria de intervir no brutal conflito cotidiano entre os homens e as mulheres. A repressão acabaria com a impunidade e a educação civilizaria os homens desde o berço, passando pela escola e se completaria em toda a sociedade.

A legislação tem sido mudada quanto a aspectos discriminatórios. A Lei Maria da Penha foi saudada como instrumento que assegura a proteção da mulher. Constituiu-se uma CPI da Violência Contra a Mulher. Senadores e deputados concluíram que os bárbaros assassinatos, espancamentos e mutilações físico-psicológicas de milhares e milhares de mulheres continuam a ocorrer. A explicação é a de que o Estado não está cumprindo devidamente a Lei Maria da

Penha. Não aplica rigorosamente a repressão judicial e policial, ou seja, não vai às últimas consequências com a criminalização. Os defensores da intervenção do Estado entre a "guerra" do homem contra a mulher não têm como explicar o fracasso da famosa Lei.

A Câmara dos Deputados entregará no dia da mulher um presente às feministas. Aprovou o projeto que eleva o assassinato da mulher no âmbito das relações familiares à categoria de "feminicídio". A pena será maior do que a de um assassinato provocado por um estranho. A distinção entre assassinato no âmbito familiar e externo a ele é considerada como punição mais dura e exemplar por se tratar de crime machista. A radicalização na lei tem o mérito de mostrar a falência da burguesia e seu Estado em estancar a crescente violência que sofre a mulher no lar, que chega ao extremo do elevado número de assassinatos (uma média de 5 mil por ano). Em nenhum caso de distúrbio social, o recrudescimento da punição trouxe solução. Os reformistas contentam-se em advogar a diminuição em alguns pontos da escala que mede o número de mulheres que perdem a vida no seio das relações familiares.

A proposição de que o "machismo" tem raízes culturais e que com a educação é possível inculcar nos homens o sentido da igualdade de condições e de respeito mútuo não passa de

um espectro, de palavreado vazio de sentido real. Não se muda a mentalidade sem mudar as bases materiais que, em última instância, a condicionam. Ou seja, sem mudar as relações econômicas e sociais das quais emana a opressão sofrida pelas mulheres (podemos acrescentar, sofridas pelas crianças, negros, homossexuais). Sob a máscara do idealismo cultural, se ocultam a exploração, o desemprego, a miséria e a decomposição geral do capitalismo. O que resta, de fato, às feministas é exigir da burguesia que recrudescer a criminalização.

A esquerda centrista disfarça suas posições reformistas com o argumento de que há uma relação entre o machismo e a opressão de classe. Declara que somente no socialismo se extinguirá a supremacia do homem sobre a mulher. No entanto, segue como ala esquerda do feminismo pequeno-burguês. Coloca-se no mesmo terreno da criminalização e da educação antimachista, adornando-o com o socialismo abstrato. Não trava a luta para colocar o movimento feminista da pequena-burguesia sob a política e a direção da classe operária. Nega-se a desenvolver a estratégia da revolução proletária, razão pela qual é necessário organizar as massas femininas.

A crise de direção revolucionária bloqueia a constituição de um movimen-

continua na próxima página

continuação da página anterior

to das massas femininas proletárias e impossibilita dar uma perspectiva classista para o movimento pequeno-burguês contra a opressão que em particular recai sobre as mulheres. As transformações das atitudes opressivas e da mentalidade do homem diante da mulher, porém, dependem destas romperem os laços de dominação burguesa e assumirem o seu lugar de força social na revolução proletária. Somente poderão tomar essa tarefa em suas mãos despertando a consciência para a construção do partido e ocupando trincheiras na luta geral do proletariado.

É demasiadamente conhecido o fardo que as mulheres proletárias, camponesas pobres e pequeno-burguesas arruinadas carregam em suas casas e no trabalho. Também não faltam reivindicações contra a dupla jornada, os salários menores para a mesma função e em defesa das condições de trabalho, da aposentadoria, da proteção à maternidade. Dizem respeito à exploração capitalista da força de trabalho feminina. Há outras que não parecem diretamente vinculadas à exploração: o aborto, a violência no lar, os assassinatos, os estupros, a prostituição, as discriminações e escravizações sexuais, as recriminações morais, a marginalização social, etc.

Não se pode pôr de lado - como faz o feminismo pequeno-burguês reformista e centrista - a opressão mental. A religião é o ópio do povo, como definiu o marxismo. As mulheres são intoxicadas e educadas a serem instrumentos ideológicos da dominação, justamente quem sofre com a antiga escravidão do lar, com o servilismo e com

as reacionárias relações sociais e econômicas que se materializam no seio da família. Não se deve ocultar a violência ideológica que mutila as faculdades intelectuais de boa parte das mulheres. E não desvincular a opressão sobre a mulher da ação das igrejas. O direito ao aborto é ferozmente combatido por seus representantes. A discriminação e o ódio aos homossexuais são promovidos abertamente pelos evangélicos. É necessário combater concretamente o obscurantismo religioso.

A cada passo das massas femininas em direção ao movimento revolucionário de combate ao capitalismo e pelo socialismo, haverá progressos no objetivo de libertação de todos os explorados, condição histórica necessária para a emancipação da mulher e a conquista da igualdade definitiva. Evidentemente, não se pode desconhecer ou saltar os problemas vividos no dia a dia pelas massas femininas. O programa de reivindicações transitórias do proletariado inclui aquelas que correspondem à particular situação da mulher. O marxismo rechaça a ideia reformista de que há problemas especificamente femininos, cujas soluções não dizem respeito aos explorados em geral. Não haverá uma só conquista das mulheres contra a opressão que não seja fruto da luta geral das massas e que não esteja em choque com a ditadura de classe da burguesia. O que o movimento feminista burguês apresenta como progresso contra a violência e as discriminações "machistas" não passa de medidas legislativas e de ações institucionais que ocultam as raízes econômico-sociais da opressão e mantém as massas femininas submetidas ao moderno patriarcalismo capitalista.

O Partido Operário Revolucionário chama as mu-

lheres oprimidas a se colocarem ao lado dos homens explorados em um só movimento de defesa da vida da maioria e pelo fim de toda forma de opressão. Chama a assumirem a causa mundial de todos os explorados e oprimidos. Chama a se colocarem ao lado das nações oprimidas contra as opressoras (o imperialismo). Chama a se colocarem sob o programa da revolução proletária.

Chama as massas femininas a rechaçarem o feminismo pequeno-burguês e centrista que opõem homens e mulheres oprimidos sob o rótulo do machismo. A rechaçarem a criminalização e a educação burguesas como a via de defesa das mulheres contra seus agressores. A se organizarem em comitês de autodefesa e em assembleias populares que indistintamente organizem mulheres e homens em luta contra a exploração capitalista, a miséria e a fome. Somente os explorados organizados podem responder a todas as formas de violência que emana do capitalismo em decomposição.

Chama as exploradas a lutarem por um plano de reivindicações gerais: salário mínimo vital de R\$ 4.600,00;

emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, reajuste automático dos salários aplicando a escala móvel de reajuste;

A lutarem pelo fim da dupla jornada, pela aplicação do princípio de trabalho igual, salário igual, jornada compatível com a função materna, licença maternidade ampliada, amparo aos filhos, previdência por tempo de trabalho;

A combaterem pelo direito incondicional ao aborto, à assistência e aos cuidados médicos. A rechaçarem a hipocrisia da religião de direito à vida.

Somente haverá emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores se as massas femininas se lançarem no campo da revolução proletária.

Erson Martins de Oliveira é ex-professor da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

ASSOCIE-SE À APROPUC
Defenda seus direitos

*Basta entrar no site www.apropucsp.org.br,
escrever para apropuc@uol.com.br, telefonar para
11 3872-2685 ou inscrever-se na
sede da entidade, à Rua Bartira 407*

MOVIMENTOS SOCIAIS

8 de Março: Além da comemoração, muita luta

Em primeiro lugar é necessário reforçar que no Dia da Mulher o que elas mais querem é respeito e serem consideradas, de fato, pessoas. As feministas das mais variadas vertentes argumentam que não há nada a ser comemorado nesse dia, mesmo considerando os enormes avanços sociais ocorridos devido ao movimento feminista, afinal a emancipação total das mulheres ainda não foi alcançada. As mulheres organizadas nesta data acreditam que o dia 8 de Março deve ser usado como um instrumento a seu favor: ir às ruas buscar visibilidade, mostrar que ainda há muito para ser conquistado e que o machismo está extremamente permeado na sociedade.

Com uma série de reivindicações, o dia se iniciou com um ato em frente ao prédio da Gazeta, na Avenida Paulista, levantando bandeiras como: salários iguais aos de homens para os mesmos cargos; fim da jornada tripla de trabalho (emprego, mãe, espo-

sa); fim da violência doméstica, psicológica, patrimonial, institucional; fim da ilegalidade do aborto, tendo em vista que o corpo é só da mulher e ela decide fazer com ele o que quiser. Além disso, reivindicaram por um Estado laico e por um feminismo classista e negro.

No dia 8/3/1857, operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam o local e reivindicaram melhores condições de trabalho: redução da carga diária de trabalho para dezesseis para dez horas, igualdade salarial em relação aos homens - que chegavam a receber até um terço a mais do que as mulheres - e tratamento digno na fábrica. Na ocasião a ocupação foi reprimida violentamente e as operárias, que eram cerca de 130, foram trancadas dentro da fábrica e, posteriormente, incendiadas. Por isso é dito que não há o que se comemorar nesta data, ao contrário, deve ser um dia de luta. Só então em 1910, du-

rante uma conferência na Dinamarca, estabeleceu-se que dia 8/3 seria o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às operárias mortas na fábrica. E em 1975, por meio de decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto orga-

nizou diversos debates e ações culturais para o mês de março, em referência ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Para abrir o mês, na quinta-feira, 5/3, ocorreu um ato, que teve início na Praça da República, denunciando as violências cotidianas sofridas pela mulher trabalhadora na periferia.

Câmara aprova projeto de lei que torna "feminicídio" crime hediondo

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira, 3/3, o projeto de lei do Senado que inclui no Código Penal o "feminicídio". De acordo com a proposta apresentada, a pena para o homicídio simples vai de 6 a 20 anos de reclusão. Já o homicídio qualificado, tipo penal do feminicídio, tem pena de 12 a 30 anos. As punições ainda poderão ser aplicadas de um terço até a metade, caso o crime seja praticado durante a gestação da vítima ou nos três meses após o parto, contra menores de 14 anos, portadoras de deficiências ou na presença de pais e/ou filhos da vítima.

Feminicídio significa o assas-

sinato de mulheres pela condição de serem mulheres. Pode ser chamado também de "assassinato relacionado a gênero". Já crime hediondo é aquele crime que o Poder Legislativo julga merecer maior reprovção por parte do Estado. No Brasil, os crimes hediondos encontram-se expressamente previstos na Lei Nº 8.072 de 1990.

O projeto de lei, que tem origem na CPI Mista da Violência Contra a Mulher, segue agora para sanção presidencial. Dos países latino-americanos, México, Chile e Argentina já incorporaram o feminicídio às legislações penais.

MTST consegue diálogo com governo após ato pela água

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizou um ato em 26/2, como o PUCviva noticiou, contra a crise hídrica de São Paulo. A manifestação, que reuniu mais de 15 mil pessoas, teve como objetivo pressionar o governo estadual e municipal para a elaboração de um plano de emergência para lidar com a grande seca no estado. Após a mobili-

zação que além dos militantes do MTST contou com a presença de movimentos sociais, partidos, sindicatos e entidades estudantis e populares, o governo estadual assumiu algumas responsabilidades.

Dentre elas estão: reeditar o decreto do Comitê de Crise (até então restrito ao governador e prefeitos), inclusão do

MTST e de outros movimentos sociais no debate; formar uma comissão para identificar os locais onde há falta de água crônica; distribuir caixas d'água na periferia; discutir a operacionalização, além de distribuição de cisternas, construção de poços artesianos e envio de caminhões pipas às regiões mais necessitadas; avaliar os contratos de demanda firme estabeleci-

do com grandes gastadores.

O movimento insistiu no cancelamento do reajuste da tarifa de água e multas, mas em relação a isso não houve diálogo, e o governo continua não reconhecendo oficialmente o racionamento seletivo, mesmo diante dos inúmeros casos e regiões que já estão convivendo com o problema.

ROLA NA RAMPA

Campanha salarial registra nova etapa de negociações

As reuniões de negociação realizadas com os representantes do ensino superior (25/2) e do Sesi/Senai (26/2) deram continuidade às discussões sobre as cláusulas sociais presentes na convenção e acordos coletivos de trabalho. No ensino superior, a bolsa de estudos foi um dos temas da reunião - os mantenedores propuseram limitar o valor do direito a 5% do que ganha o professor, ideia que foi rejeitada. Também sugeriram limitar o direito à bolsa nos casos de cursos em tempo integral. O assunto voltará à pauta nas próximas reuniões. No Sesi e Senai, a Federação dos Professores e os sindicatos que a integram, insistiram nas repostas de algumas demandas que haviam sido encaminhadas na

rodada anterior. Entre os temas que continuaram a ser defendidos pelos professores estão assistência médica para cônjuges e companheiros; indenização em caso de redução de carga horária aceita pelo professor, correspondente ao número de aulas perdidas e proporcional ao tempo de serviço; computadores e rede wi-fi em todas as salas de aulas e sala dos professores. De acordo com a estratégia da campanha salarial 2015, o processo de negociações está dividido em duas etapas: na primeira discute-se a renovação dos direitos sociais; na segunda etapa serão tratadas as questões econômicas, tais como reajuste, PLR, aumento da hora-atividade e demandas pela ampliação de direitos.

Novo boletim Hypomnemata

O Núcleo de Sociabilidade Libertária, Nu-Sol, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, acaba de lançar a edição nº 173 de seu boletim mensal Hypomnemata, com textos sobre a crise

hídrica do Estado de São Paulo. Para ler gratuitamente, acesse <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=207>. Em maio, o coletivo pretende lançar a edição 27 da revista Verve.

Ciências Sociais manifesta apoio à carta do Consun

Reunido na terça-feira 3/3 o Conselho da Faculdade de Ciências Sociais manifestou de forma unânime o seu apoio à carta do Conselho Universitário, Consun. O documento, lido no primeiro Conselho de Administração do semestre, pedia explicações

para o Consad sobre as demissões e proibições de utilização dos docentes da casa em substituição aos demitidos. A Faculdade de Ciências Sociais está elaborando um documento onde expõe a sua concordância com a carta do Conselho Universitário.

Bolsas-alimentação podem ser solicitadas até dia 13

Os alunos de graduação bolsistas pelo ProUni e Fundasp, dos campi Monte Alegre e Consolação, interessados em obter bolsa-alimentação poderão se inscrever até o dia 13/3. São, ao todo, 700 vagas, que passarão a vigorar a partir do dia 1/4. Também estão abertas as inscrições para obter o Subsídio-Alimentação, concedido ao aluno de

graduação da PUC-SP, com perfil de necessidade financeira, para a realização de uma refeição diária, com 50% de desconto do valor cobrado por refeição. Nesta modalidade, também serão oferecidas 700 bolsas. Para saber mais informações e preencher a ficha de cadastro, acesse: <http://www.pucsp.br/alunos/bolsa-e-subsidio-alimentacao>.

Aula inaugural do curso de Ciências Atuariais

No dia 10/3, às, 20h, acontece a aula inaugural do curso de Ciências Atuariais, no auditório 100-A do campus Monte Alegre. Durante o evento, serão apresentadas palestras com os atuários ex-alunos da PUC-SP Wilma Gomes Torres,

diretora do Instituto Brasileiro de Atuária, especialista em Previdência Aberta e Fechada, e Ricardo Stocco Saponara, especialista em Serviços de Inteligência em Seguros. No encontro, também será divulgado o melhor TCC do ano de 2014.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

12/3

Quinta-feira

14h. sala a definir

✓ Informes

✓ Dissídio

✓ Acordo Interno